



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E84 Ética, direitos humanos e dignidade 1 [recurso eletrônico] /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-410-8

DOI 10.22533/at.ed.108201809

1. Direitos humanos. 2. Ética. I. Vasconcelos, Adaylson
Wagner Sousa de.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIGNIDADE – VOL. I**, coletânea de dezessete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir do prisma da ética, dos direitos básicos ao sujeito social e dessa construção alicerçada na dignidade do sujeito enquanto detentor de direitos a serem assegurados pelo agente estatal.

Temos, nesse primeiro volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam os direitos humanos, a proteção da criança e do adolescente, o direito e a bioética, impactos ambientais decorrentes da ação humana, além de uma seção de temas diversos.

Na etapa dos direitos humanos há análises interessantes como sobre ordem econômica e desenvolvimento, fundamentação de decisões judiciais, vulnerabilidades e educação, a descriminalização do aborto e a crise humanitária em razão da migração em busca de refúgio.

Na proteção da criança e do adolescente são verificadas contribuições que versam sobre o ser criança e a política de assistência social em Caruaru, município de Pernambuco.

Em direito e bioética são encontradas questões como o nascituro microcéfalo e bioética e odontologia.

No debate impactos ambientais decorrentes da ação humana, aqui é contemplada a atividade da mineração, conflitos de moradia em unidade de conservação em João Pessoa, município da Paraíba, bem como a violação de direitos de mulheres atingidas por barragens.

Por fim, temas diversos atinge os abordagens sobre desafios da relação humanidade, culturas e meio ambiente em momentos de pandemia, a antiética na investigação científica, o lawfare e a atividade jurisdicional, cartel e responsabilidade civil, além do pensamento decolonial.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS TENTATIVAS DE REFORMA DA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO UM DIREITO HUMANO	
Bianca Lucena Simões	
Tháís Luna de Carvalho Tito	
Rafael Baltar de Abreu Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.1082018091	
CAPÍTULO 2	11
A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS COMO UM DOS DIREITOS HUMANOS	
Pedro Henrique dos Santos	
Marcos César Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.1082018092	
CAPÍTULO 3	26
ESTRATÉGIAS DE LAZER DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DIREITOS HUMANOS	
Ana Cristina Do Nascimento Peres Albernaz	
Claudio Roberto Araújo Castro	
Dalila Maria de Fátima Lisbôa	
DOI 10.22533/at.ed.1082018093	
CAPÍTULO 4	34
A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Letícia do Carmo Souza	
Danielle Heloísa Bandeira Mendes	
Hérika Juliana Linhares Maia	
DOI 10.22533/at.ed.1082018094	
CAPÍTULO 5	46
CRISE HUMANITÁRIA DE REFUGIADOS: O EXACERBADO NACIONALISMO EUROPEU À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Danielle Heloísa Bandeira Mendes	
Letícia do Carmo Souza	
Hérika Juliana Linhares Maia	
DOI 10.22533/at.ed.1082018095	
CAPÍTULO 6	57
MIRACEMA: O DIREITO DE SER CRIANÇA	
Camila Alessandra Scarabel	
Danielle Gonçalves Correia	
Denise de Carvalho Campos	
Helena de Jesus Abreu Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.1082018096	

CAPÍTULO 7	65
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: UMA LEITURA DA POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CREAS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE	
Karinny Lima de Oliveira	
Maria Perpétua Socorro Dantas	
Daniele Medeiros Pereira	
Joana D'arc da Silva Figueirêdo	
DOI 10.22533/at.ed.1082018097	
CAPÍTULO 8	76
A DESUMANIZAÇÃO DO NASCITURO MICROCÉFALO	
Thiago Guedes de Oliveira Lima	
Anna Luiza de Carvalho Lisboa	
DOI 10.22533/at.ed.1082018098	
CAPÍTULO 9	88
BIOÉTICA E ODONTOLOGIA: REVISÃO BIBLIOMÉTRICA DE LITERATURA	
Christiana Almeida Salvador Lima	
Wellington Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1082018099	
CAPÍTULO 10	107
RETORNO DAS OPERAÇÕES DA SAMARCO MINERAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE A LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR	
Marcelo Quintino dos Santos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.10820180910	
CAPÍTULO 11	115
CONFLITOS DE UMA MORADA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: REFLETINDO SOBRE AS RESIDÊNCIAS NAS ÁREAS PROTEGIDAS DO JACARAPÉ EM JOÃO PESSOA, PB	
Tereza Cristina Araújo de Oliveira	
Rogério dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.10820180911	
CAPÍTULO 12	125
A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS	
Laine Motter Oliveira	
Ana Cecília de Araújo Teixeira	
Érica Fernanda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.10820180912	
CAPÍTULO 13	133
ANÁLISE DO MODELO FUNDADO PELA SOCIEDADE MODERNA, A CRISE DA MODERNIDADE E AS PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA RELAÇÃO HUMANIDADE,	

CULTURAS E MEIO AMBIENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Emanoel Ferdinando da Rocha Jr.
Cicera Maria Alencar do Nascimento
Tereza Lúcia Gomes Quirino Maranhão
Mabel Alencar do Nascimento Rocha
Jorge Luiz Gonzaga Vieira
Thiago José Matos Rocha
Adriane Borges Cabral

DOI 10.22533/at.ed.10820180913

CAPÍTULO 14..... 145

OS DESDOBRAMENTOS PROVENIENTES DA PRÁTICA DO CARTEL: UMA ANÁLISE À LUZ DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Francisco das Chagas Bezerra Neto
Raíssa Julie Freire Gouvêa
Clarice Ribeiro Alves Caiana
José Nunes de Oliveira Neto
Hugo Sarmiento Gadelha
Aline Carla de Medeiros
Patrício Borges Maracajá

DOI 10.22533/at.ed.10820180914

CAPÍTULO 15..... 155

PRÁCTICAS ANTIÉTICAS EN LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA

Clayson Marlei Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.10820180915

CAPÍTULO 16..... 172

O LAWFARE COMO UM PRODUTO DO JUIZ HÉRCULES, UM STANDARD DA JURISTOCRACIA

Francisco de Assis Macedo Barreto

DOI 10.22533/at.ed.10820180916

CAPÍTULO 17..... 182

O NEGRO E O PENSAR DECOLONIAL: DOS MALÊS À MARIGHELLA – UM POVO CHAMADO REVOLUÇÃO

Ivan Azevedo do Nascimento
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

DOI 10.22533/at.ed.10820180917

SOBRE O ORGANIZADOR..... 190

ÍNDICE REMISSIVO..... 191

A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 04/06/2020

Laíne Motter Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis - Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/3407848538092872>

Ana Cecília de Araújo Teixeira

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis - Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/2808258732805075>

Érica Fernanda dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis - Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/6545755141670123>

RESUMO: Este artigo é referente à parte inicial de um projeto de pesquisa, realizado por três estudantes bolsistas do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PET-SSO/UFSC), abordando a falta de políticas públicas e a ausência do Estado para com as populações atingidas por barragens em geral com ênfase nas mulheres atingidas e sua perspectiva. Nesse contexto, é feito um resgate histórico acerca da produção de energia no Brasil, em especial - tendo em vista que as barragens existem para outros diversos fins - e busca-se fundamentar o debate para entender a conjuntura atual dessas famílias, considerando os relatos das mulheres. Para tal, coletamos relatos femininos da população atingida pela Usina Hidrelétrica

(UHE) de São Roque, no interior de Santa Catarina para fomentar o debate a partir da realidade dessas mulheres e suas famílias, considerando a questão da negligência estatal a favor da iniciativa privada de produção de energia elétrica. A partir disso, é realizado um estudo bibliográfico acerca do contexto histórico da questão energética brasileira, sendo fundamentação teórica para compreender as condições postas a essa população. Assim, o debate desenvolve-se para além da discussão social, perpassando os diversos problemas que as construções desse tipo de barragem acarretam e, além disso, visa mostrar a importância do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para a organização popular, pensando na luta e na conquista de seus direitos enquanto coletivo.

PALAVRAS - CHAVE: Mulheres atingidas por barragens, produção de energia elétrica brasileira, políticas públicas, população atingida por barragens.

ELECTRIC ENERGY PRODUCTION AND THE VIOLATION OF THE RIGHTS OF WOMEN AFFECTED BY DAMS

ABSTRACT: This paper refers to the initial part of a research project conducted by three scholarship students from the Tutorial Education Program in Social Work at the Federal University of Santa Catarina (PET-SSO/UFSC). It addresses the lack of public policies and the absence of the State as concerns the population affected by dams, in general, with an emphasis on the women impacted by this. Within this context, a historical research was conducted about the production of energy in Brazil, in particular, taking into consideration

that dams serve a variety of purposes, and in addition we sought to provide a basis for understanding the current situation these families are in, from these women's accounts. To this end, we compiled accounts from women within this population, more specifically affected by the São Roque Hydroelectric Power Plant (UHE), in the countryside of the state of Santa Catarina, in order to encourage debate based on the reality faced by these women and families, taking into account the issue of neglect by the state in favour of private enterprise for the production of electric energy. Based on that, we focused on the bibliographic study of the historical context of energy produced in Brazil as the stepping stone for understanding the conditions imposed upon this population. In this way, the discussion develops beyond the social debate and it goes through the diverse problems that the construction of this type of dam causes, as well as highlighting the importance of the Movimento dos Atingidos por Barragens (Movement of People Affected by Dams, MAB) for the organisation of people, bearing in mind the struggle and the conquest of their rights as a collective.

KEYWORDS: Women affected by dams, production of electric energy in Brazil, public policies, population affected by dams.

1 | INTRODUÇÃO

Com o avanço das discussões sobre as barragens e a geração de energia em um contexto global, o debate e o questionamento do que essas grandes construções causam vem tomando espaço na mídia, considerando os impactos ambientais, econômicos e sociais que acarretam. O Brasil, nesse contexto, destaca-se em cenário mundial por conta da produção de energia elétrica produzida por hidrelétricas, tendo em vista a extensa área de rios no território. Uma energia limpa e renovável que deveria produzir custos mais baixos para a população, no entanto, essa forma de energia possui suas contradições, desde a produção até o fim do processo de comercialização e distribuição, inserida em um modo de produção que visa o acúmulo de capital, deixando de ser um direito e transformada em mercadoria (MAB, 2011).

A partir da década de 1970, com o projeto brasileiro desenvolvimentista de sociedade, a demanda pela produção de energia elétrica passa a crescer e, com isso, grandes investimentos são feitos nesse setor (MAB, 2013). Nesse contexto, as concessões feitas para a construção dessas barragens, majoritariamente, advêm do setor privado, voltado à obtenção direta de lucro, ignorando as consequências ambientais e sociais que ocasionam, tendo em vista que não há, na legislação, uma política básica ambiental e de proteção social.

Nesse cenário, tem-se uma constante e expansiva violação de direitos principalmente para com as populações diretamente afetadas por esses empreendimentos, a qual é denunciada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Ao tratar da população atingida em geral, considera-se que as mulheres possuem mais direitos violados, ou seja, são atingidas de forma mais brutal pelas construções dessas barragens, de acordo com o MAB (2013). Considera-se, assim, que o trabalho apresentado é a parte inicial de uma

pesquisa qualitativa que busca compreender a violação de direitos básicos a partir do ponto de vista das mulheres atingidas pela UHE de São Roque, instalada no Rio Canoas, na divisa dos municípios de São José do Cerrito e Vargem, na região serrada do oeste do estado de Santa Catarina, da mesma forma que visa salientar a importância do MAB para a organização e para a luta pela reivindicação dos direitos dessa população marginalizada pelo Estado.

2 | DESENVOLVIMENTO

As barragens são utilizadas historicamente com a principal função de abastecimento. Atualmente, elas possuem diversas funções, mas de forma geral, são utilizadas para a contenção de materiais, sendo estes majoritariamente água e de rejeitos da mineração. Segundo a Comissão Mundial de Barragens,

Barragens têm sido construídas há milhares de anos - barragens para controlar inundações, para represar águas como fonte de energia hidrelétrica, para fornecer água para consumo humano direto, uso industrial ou para irrigar plantações. Em torno de 1950 os governos - ou, em alguns países, o setor privado - estavam construindo um número cada vez maior de barragens à medida que as populações aumentavam e as economias nacionais cresciam. Pelo menos 45.000 grandes barragens foram construídas para atender demandas de água ou energia. Hoje quase metade dos rios do mundo tem ao menos uma grande barragem. (2000, p. 7).

Nesse sentido, as barragens podem proporcionar algumas formas de conforto para as sociedades que dela fazem uso, controlando as cheias, por exemplo, entretanto, elas atendem, principalmente, os interesses do mercado e do capital. Essas construções trazem consigo impactos prejudiciais, atingindo a natureza e a sociedade direta e indiretamente. De acordo com Zuffo (2005) muitas vezes é necessário o deslocamento de habitantes da região do empreendimento, assim como ocorrem modificações ou destruição de ecossistemas, mudanças na periodicidade e formação de chuvas, na própria qualidade da água, submersão de territórios, aumento de doenças ligadas à água e a acumulação de sedimentos químicos, que prejudicam as vidas humanas e a própria terra.

O Brasil tem vantagem em relação ao cenário mundial, já que possui uma área extensa de rios, podendo gerar a energia através da água, produzindo com custos mais baixos em comparação a outras fontes fósseis. É nesse contexto que a produção de energia elétrica se torna um cenário de disputa e negligência nos moldes capitalistas de um país dependente, correndo entre os interesses das grandes empresas e das transnacionais.

Historicamente, desde que o setor elétrico brasileiro foi consolidado, a população enfrenta e negligência e a marginalização por parte do Estado. Entre 1950 e 1960, o governo federal e os governos estaduais eram responsáveis pela produção de energia elétrica. No decorrer dos anos, na década de 1990, a expansão das políticas neoliberais

e o aumento do setor energético fez com que as grandes empresas e transnacionais atuassem em todo o processo energético brasileiro, desde a construção das barragens até a comercialização e a distribuição da energia para a população (MAB, 2013). Com essa lógica lucrativa, reduzem os gastos com as construções das barragens, com a produção, distribuição e comercialização e aumentam o preço da taxa de energia elétrica paga pela população e moldada através do mercado mundial, como explica Felipe (2011).

É nesse contexto de ausência do aparelho estatal na produção de energia elétrica brasileira que a população atingida por barragens, em geral, enfrenta diversos obstáculos para garantir seus direitos, sendo tratada dentro do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) como parte do custo socioambiental das usinas hidrelétricas, não abarcando nenhuma particularidade social. O Estado ausenta-se de suas responsabilidades de fiscalização e de garantia, submetendo-se aos grandes empreendedores, assim, a garantia dos direitos das famílias passam a ser responsabilidade dessas empresas que controlam a produção de energia, contraditoriamente. Além disso, o setor energético privatista também é problemático com os próprios trabalhadores, precarizando o processo de trabalho, fazendo demissões em massa, diminuindo salários, aumentando e intensificando as jornadas de trabalho, precarizando todo o processo em busca de lucro. De acordo com os dados apresentados pelo MAB (2011), quem manda e desmanda no setor energético brasileiro são os bancos mundiais através de grandes corporações internacionais, as empresas de energia mundiais, as empresas mineradoras e metalúrgicas mundiais, as empreiteiras e o agronegócio.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) surge no final da década de 1970 na região sul do Brasil, enquanto um movimento nacional, popular e autônomo, com um horizonte de transformação social a partir de uma perspectiva crítica, orientado através das pautas populares, reivindicando esses direitos que são negados e ajudando na articulação da população a nível nacional.

Dentre as pautas trabalhadas pelo MAB, reconhece-se que as mulheres são mais afetadas com as construções das barragens. Um dos primeiros direitos violados dessas mulheres atingidas, de acordo com o MAB (2013), é o não reconhecimento do trabalho, desconsiderando a força de trabalho feminina. Para além disso, com a construção das barragens, elas sofrem com a perda de renda, que geralmente é conquistada com trabalhos informais ou autônomos, dependendo do vínculo com as pessoas da comunidade, as quais são destruídas e descentralizadas por conta desses grandes empreendimentos. As mulheres atingidas também sofrem mais, nesse sentido, com o fim das comunidades em que viviam, tendo em vista que para além da questão de renda, elas também possuem vínculo com o espaço, através do trabalho doméstico também criam entre si uma rede de apoio mútua.

Essas grandes empresas se aproveitam do fato de que não existe, a nível nacional e na maioria dos estados, uma Política de Proteção Básica para os atingidos pelas

barragens que caracterize a população atingida, a violação dos direitos e os vínculos sociais e comunitários, sendo que essas questões ficam sobre controle e caracterização das empresas, partindo de uma conceituação territorial-patrimonialista (MAB, 2013). Os homens, sendo proprietários legais de 87,32% das propriedades brasileiras, representando quase a totalidade das áreas rurais, de acordo com a organização não governamental Oxfam Brasil (2016), divulgado pela Empresa Brasil de Comunicação, são os considerados atingidos nos estudos das empresas, em sua maioria, enquanto as mulheres não possuem o reconhecimento, tornando-as dependente do marido ou de algum familiar homem. Sendo assim, as mulheres também não participam de espaços deliberativos, de reuniões com essas empresas. De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens,

As mulheres são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para a recomposição dos seus meios de vida; [...] elas têm, via de regra, sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares, e por isso, têm sido “as principais vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operacionalização de barragens”. As mulheres atingidas, que já sofrem com a opressão de gênero, são as mais afetadas pelas situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual causadas pelas construções de barragens. (2013, p. 58).

Além do mais, é preciso lembrar que as relações de gênero, de forma geral e sucinta, já são entendidas como desiguais. Tendo em vista a materialidade e a historicidade, as relações sociais, não apenas de sexo, mas também de raça e classe, são antagônicas e estruturantes, determinando a exploração do trabalho através da divisão de classe, da divisão sexual e da divisão racial do trabalho (CISNE, 2018). Nesse sentido, é necessário considerar que essas mulheres atingidas também sofrem as violências diárias que acarretam o dia a dia de uma mulher, como a violência patrimonial, psicológica e moral. Ademais, as mulheres que se mudam do campo para a cidade também enfrentam dificuldades de adaptação.

A luta das mulheres atingidas, portanto, se mostra fundamental na medida em que resistem dia a dia contra a opressão patriarcal e contra a construção das barragens. Os resultados dessa luta mostram que as mulheres que integram o coletivo de atingidas por essa barragem já participam de espaços deliberativos, das coordenações do movimento, considerando que em 2011 ocorreu o 1º Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens, contando com a presença de 500 mulheres de 16 diferentes estados.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, no seio do neoliberalismo, acarreta precarizações em todas as esferas sociais, sendo o setor de energia apenas mais um âmbito que visa a lucratividade, perpassando pelo descaso com a população e com o meio ambiente. As famílias atingidas pelas construções das barragens sofrem por não

possuírem aparato legal e efetivo ao serem tratadas, haja vista que estão incluídas em políticas ambientais que desconsideram toda e qualquer particularidade enquanto pessoa e comunidade.

Além do mais, o sistema capitalista tem suas estruturas baseadas em um sistema exploratório, consolidado através da dominação patriarcal e da dominação racista, como já indica Mirla Cisne (2018). Entendendo as particularidades que as mulheres e, principalmente as mulheres negras, enfrentam neste sistema que concentra riqueza através da opressão e da exploração, tem-se a necessidade de políticas públicas específicas que possam abranger essas minorias, cabendo ao Estado a garantia desses direitos. No caso específico da população atingida pelas barragens, essas políticas devem ser consideradas tendo em vista a justa reparação dos atingidos e das atingidas em todo território nacional, considerando suas particularidades.

O Movimento dos Atingidos por Barragens se embasa nos princípios do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM),

a autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade de serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; transversalidade como princípio orientador de todas as políticas pública; enfrentamento ao racismo, sexismo e lgbtphobia; igualdade para as mulheres jovens, idosas e com deficiência (MAB in apud PNPM, 2017, p.41).

Nesse sentido, o PNPM é uma ferramenta essencial para a participação e a organização coletiva, fortalecendo as mulheres atingidas dentro do movimento. Através do diálogo, das rodas de conversa, das formações políticas continuadas, das reuniões, percebe-se o quanto a participação das mulheres potencializa e fortalece a luta coletiva em sua totalidade, compreendendo a organização e a luta das atingidas, fortalecendo os espaços e entendendo que a luta deve ser de classe, delineada pelo feminismo e pelo antirracismo. Na atualidade, a luta se dá enfaticamente pela aprovação de uma Política Nacional de Direitos para as Populações Atingidas, ao qual estejam incorporadas as particularidades que esses empreendimentos causam na vida das mulheres, como as que foram citadas.

Ademais, é importante destacar que, no contexto atual de pandemia, a violência contra a mulher tem crescido gradualmente dia após dia em diversos países, sendo duplamente ameaçadas nessa conjuntura, tanto pela violência quanto pelo coronavírus. Conforme os dados do Governo Federal, a média diária de ligações entre os dias 1º e 16 de março foi de 3.045 ligações recebidas e 829 denúncias registradas e do dia 17 ao dia 25 do mesmo mês houve um aumento de 18% das denúncias registradas. Para além desses dados assustadores comparando o mês das mulheres, é primordial considerar a sobrecarga das mulheres nesse período de isolamento social, considerando o trabalho

doméstico e a presença dos filhos em casa. A presença de um homem em casa, na maioria das vezes, não representa ajuda e menor sobrecarga na mulher. Pelo contrário, muitas vezes representa medo, controle e mais trabalho. Considerando a historicidade do patriarcado, manifestando-se ainda mais nesse contexto, são evidentes os motivos pelos quais se deve fortalecer a luta pelos direitos e pela garantia desses direitos das mulheres. É essencial o entendimento das pautas interseccionais e também das pautas distintas.

No contexto da produção de energia elétrica, os empreendimentos afloram ainda mais as bases exploratórias do capital. A produção de energia elétrica brasileira acarreta diversos problemas que não são abordados em uma política efetiva, abrindo espaço para as diversas situações de descaso financiadas pelas grandes empresas, em especial ao tratar das mulheres atingidas. As mulheres desempenham papéis organizativos no seio do movimento, lado a lado com os homens. Portanto, o reconhecimento da atuação das mulheres na organização da luta por seus direitos e dos outros é essencial ao longo da história e nos dias atuais. Além disso, o reconhecimento do trabalho feminino na sociedade, assim como o entendimento da importância da força de trabalho dentro da sociedade de classes não dissociada da questão racial - estrutural na sociedade brasileira - são primordiais para alcançar projeto e concretização da necessária transformação social.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena.** Brasil: Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ODNH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); 2020 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>. Acesso em: 29 maio 2020.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais.** São Paulo: Scielo, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0211.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS (CMB). **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões.** 2020. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf. Acesso em 12 nov. 2019

FELIPE, Marina Reche. **Efeitos socioambientais da UHE Foz do Chapecó: atores sociais envolvidos e o relatório de impacto ambiental - RIMA.** 2011. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/101181/TCC-%20MARINA%20RECHE%20FELIPE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 maio 2020.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **A luta das mulheres atingidas por Barragens por Políticas Públicas.** 2017. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/artigo/a-luta-das-mulheres-atingidas-por-barragens-por-politicas-publicas>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens. 2011. Disponível em: https://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/cartilha_mulheres.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Campanha: Basta de violência contra as mulheres!** 2011. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/campanha-basta-viol-ncia-contramulheres>. Acesso em: 23 mar. 2020.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Final da década de 70: os primeiros passos: A criação das comissões regionais de atingidos.** 2013. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>. Acesso em: 09 maio 2020.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Energia para quê a para quem?** 2011. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/content/energia-para-qu-e-para-quem>. Acesso em: 29 mar. 2020.

VILLELLA, Flávia. **Propriedades comandadas por mulheres representam cerca de 5% da área rural.** Empresa Brasil de Comunicação. Rio de Janeiro. dez. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-11/propriedades-de-terra-comandadas-por-mulheres-representam-cerca-de>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ZUFFO, Monica Soares Resio. **METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA DE BARRAGENS.** 2005. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/257858/1/Zuffo_MonicaSoaresResio_M.pdf Acesso em: 29 maio 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 76, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 96

Adolescente 57, 58, 59, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 83, 86

B

Barragens 111, 113, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Bioética 76, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

C

Cartel 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154

Criança 47, 57, 58, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 79, 83, 86, 99, 102, 103

Crise Humanitária 46, 52

Cultura 28, 29, 41, 56, 67, 68, 75, 112, 114, 115, 116, 120, 142, 144, 148, 170, 190

D

Decisões Judiciais 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 179

Dignidade 2, 15, 16, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 32, 42, 50, 55, 67, 68, 69, 74, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87

Direito ao Desenvolvimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 28

Direitos Humanos 2, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 70, 76, 77, 78, 83, 84, 85, 92, 117, 131, 132, 178, 190

E

Estudantes 26, 27, 29, 30, 31, 32, 93, 97, 98, 103, 104, 105, 106, 125, 156, 170, 188

Ética 2, 27, 44, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 157, 158, 167, 170, 178, 186

F

Fundamentação 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 66, 67, 84, 125

I

Investigação 30, 32, 36, 70, 82, 99, 117, 153, 180

J

Juiz 17, 18, 19, 20, 21, 23, 58, 155, 172, 175, 176, 177, 178, 179

L

Lawfare 172, 173, 177, 178, 179, 180

Lazer 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 67, 68

M

Meio Ambiente 63, 90, 91, 92, 109, 110, 113, 116, 120, 121, 122, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 190

Mineração 107, 108, 111, 113, 114, 127

N

Nascituro 41, 42, 43, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Negro 182, 184, 185, 188, 189

O

Ordem Econômica 1, 2, 4, 5, 7, 8, 116, 148, 153

R

Reforma 1, 2, 4, 5, 7

Refugiados 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 141

Responsabilidade Civil 145, 146, 151, 152, 153, 154

S

Sociedade 11, 15, 25, 27, 28, 36, 37, 41, 42, 43, 48, 60, 63, 67, 68, 69, 78, 80, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 100, 107, 108, 111, 119, 120, 126, 127, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 147, 149, 153, 172, 176, 179, 182, 184, 188, 189

U

Unidade de Conservação 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

V

Vulnerabilidade 26, 29, 30, 32, 69, 70, 95, 104



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade